



ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PROCURADORIA DE DEFESA MUNICIPAL

Libro nº: 173  
Data: 11/11/15  
Folha: 177  
Assinatura: Laure 91629

N.º 62.1.3.0204/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI ESTABELECEM  
O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DE  
SUA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, E O  
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

O Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Educação, representada por sua Secretária, **MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS**, nos termos da publicação do "Minas Gerais", de 01.01.2015, portadora do Documento de Identidade nº MG-3.225.862, inscrita no CPF sob o nº 509.540.326-91, residente e domiciliada na Rua General Sampaio, nº 247-B, Bairro Esplanada, e o Município de BELO HORIZONTE, doravante apenas MUNICÍPIO, CNPJ nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, **THIAGO ALEXSANDER COSTA GREGO**, portador da Carteira de Identidade n.º MG 10.401.302 SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 044.657.046-07, residente e domiciliado na Rua Castigliano, nº 1.069, CEP: 30.720-310, por seu Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos, **GLEISON PEREIRA DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade nº 5.671.946 e inscrito no CPF sob o nº 820.743.136-91 e por seu Procurador Geral, **RÚSVEL BELTRAME ROCHA**, portador da Carteira de Identidade nº M-756.520, e inscrito no CPF sob o nº 782.347.276-72, acordam, com base na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, Lei Federal nº 9.394 de 20.12.1996 em seu artigo 82, Lei Federal nº 11.788, de 25.09.2008, na Resolução nº 1, de 21.01.2004, da Câmara de Educação Básica vinculada ao Conselho Nacional de Educação-CNE/CEB, celebrar o presente convênio, a reger-se por cláusulas previamente entendidas, expressamente aceitas e pelas quais se obrigam a saber:

DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Objetiva o presente convênio, mediante cooperação entre os partícipes, possibilitar a realização de estágios práticos, supervisionados e de interesse curricular e extracurricular, obrigatórios ou não, incluídos na proposta pedagógica da escola e no projeto pedagógico do curso com vistas à complementação do ensino aprendizagem do aluno, como instrumento de integração e participação em empreendimentos ou projetos de interesse social dos alunos da Rede Estadual de Ensino, conforme Plano de Trabalho anexo.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A clientela envolvida será constituída por alunos regularmente matriculados e freqüentes no ensino médio, nos cursos de educação profissional, educação especial e anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional de educação de jovens e adultos da Rede Estadual de Ensino.

CONFERE COM ORIGINAL  
Gr/ 1003613  
Assinatura e BM  
SMPL/Gerência de Administração de Contratos e Convênios



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

13 39  
R  
19/11/12

**DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A parceria ora firmada viabilizará a experiência prática na linha de formação de cada estagiário, podendo o estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, assumir a forma de atividades de extensão mediante a participação do aluno em empreendimentos ou projetos de interesse social.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica expressamente vedado o recrutamento de alunos com a finalidade da obtenção de mão-de-obra a baixo custo e a relação de emprego informal ou para exercerem atividades não correlatas com o objeto deste convênio.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O descumprimento do disposto na subcláusula anterior sujeita o infrator ao disposto no parágrafo 2º, do art.3º e art.15 da Lei 11.788/2008.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Os estágios serão desenvolvidos pelos alunos das escolas estaduais, nas dependências do conveniente, ficando a critério do mesmo a indicação do(s) local(ais) onde ocorrerá(ão) o(s) estágio(s), e restrito àquela localidade.

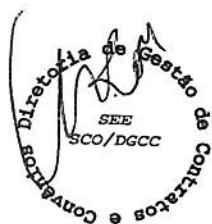
**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A limitação para a contratação de estagiários em relação ao quadro de pessoal da entidade concedente de estágio deverá ser observada, no que couber, nos termos do artigo 17 e seus incisos, da Lei Federal 11.788/2008.

**CLÁUSULA QUARTA** - As tarefas de acompanhar e coordenar as atividades dos alunos, previstas neste convênio, são da competência exclusiva do Vice-Diretor da Escola participante e de um supervisor do MUNICÍPIO.

**DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA QUINTA** - Compete ao ESTADO/SECRETARIA:

- a) autorizar, previamente, sem qualquer ônus para o ESTADO/SECRETARIA, o recrutamento, a pré-seleção e o encaminhamento dos alunos para estágios no MUNICÍPIO, a quem competirá desenvolver programas de aperfeiçoamento de formação profissional, bem como todos os demais procedimentos legais, necessários ao desenvolvimento dos estágios curriculares e extracurriculares;
- b) cientificar todas as escolas bem como as Superintendências Regionais de Ensino - SRE's da assinatura deste convênio, fornecendo-lhes cópia do mesmo;
- c) encaminhar ao MUNICÍPIO, relação e o endereço das escolas para os contatos necessários a serem estabelecidos para a concretização dos estágios;
- d) permitir que as escolas, mediante preenchimento de formulário, prestem informações ao MUNICÍPIO sobre o(s) curso(s) mantido(s), matrícula e frequência



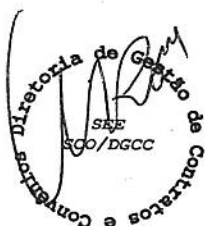
**CONFERE COM ORIGINAL**  
021 1003613  
Assinatura e BM  
SMPL/Gerência de Administração de Contratos e Convênios



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

40  
34  
pman

- dos alunos, de forma a consubstanciar as condições e/ou requisitos mínimos para a realização de estágios destinados a seu corpo discente;
- e) orientar as escolas para que divulguem junto a seus alunos, quando for o caso, as oportunidades de estágio oferecidas pelo MUNICÍPIO;
  - f) organizar em cada escola o "cadastro de candidatos a estágio";
  - g) receber e encaminhar às escolas a 3ª (terceira) via do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, firmado entre o aluno ou seu responsável legal, a instituição de ensino (como ato educativo) e o MUNICÍPIO, que será suficiente para:
    - 1. acompanhamento e supervisão do estágio mediante relatório;
    - 2. fornecimento de declaração competente de que o aluno está vivenciando experiências de aprendizagem social, profissional e cultural;
    - 3. comprovação da jornada de atividades desenvolvidas, diária e mensalmente, pelo aluno (plano de atividade).
  - h) adotar todos os procedimentos necessários para o acompanhamento e orientação do estágio realizado por alunos matriculados nos cursos da educação profissional, do ensino médio regular, incluindo-se as modalidades de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de educação profissional de jovens e adultos, nas Escolas Estaduais de Minas Gerais;
  - i) estabelecer que aos alunos deficientes será prestado um serviço de apoio de profissionais especializados da educação especial, conforme previsto no parágrafo 2º, do art. 3º da Resolução nº 1/2004/CNE/CEB;
  - j) indicar expressamente que a carga horária do estágio supervisionado do aluno de educação profissional técnico em nível médio, do ensino médio regular, não poderá exceder a jornada diária de 6 (seis) horas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais, em consonância com as determinações estabelecidas no inciso II, do artigo 10, da Lei Federal nº 11.788/2008.
  - k) indicar expressamente que a carga horária do estágio supervisionado do aluno de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de educação profissional de jovens e adultos, não poderá exceder a jornada diária de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, em consonância com as determinações estabelecidas no inciso I, do artigo 10 da Lei Federal nº 11.788/2008;
  - l) assegurar, na forma da legislação vigente, que só poderão ser admitidos como estagiários alunos que tiverem, no mínimo, 16 anos completos no início do estágio, conforme determinado no parágrafo 5º, do art. 7º da Resolução nº 01/2004/CNE/CEB;
  - m) estabelecer que os estágios que apresentem duração prevista igual ou superior a 01 (um) ano deverão contemplar a existência de período de recesso, proporcional ao tempo da atividade, preferencialmente concedido juntamente com as férias escolares, conforme previsto no art. 8º da Resolução nº 1/2004/CNE/CEB e no artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008;
  - n) o recesso de que trata a alínea anterior deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação, conforme previsto no parágrafo 1º, do art. 13 da Lei 11.788/2008.
  - o) cuidar para que o estágio faça parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos e mantenha coerência com o projeto pedagógico da escola, amparados pelo regimento escolar;





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

15 41  
pmm

- p) dar ciência dos Termos deste convênio à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através de seu setor gerenciador, em conformidade com o parágrafo 2º, art. 116, da lei federal n.º 8.666/93, após assinatura do mesmo.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – A coordenação, supervisão e acompanhamento dos estágios serão de responsabilidade do Vice-Diretor das Escolas Estaduais participantes, a quem competirá manter todos os contatos com o setor gerenciador da SECRETARIA, e com o supervisor do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SEXTA** – Compete ao MUNICÍPIO:

- a) celebrar Termo de Compromisso com a escola e o estagiário, zelando por seu cumprimento;
- b) obter do Vice-Diretor das escolas, através do preenchimento de formulário próprio, informações sobre as condições e requisitos mínimos para a realização dos estágios dos seus alunos;
- c) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) promover o ajuste das condições de estágio, conciliando os requisitos mínimos exigidos pelas escolas com as condições ou disponibilidades do concedente;
- e) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- f) cadastrar alunos candidatos a estágios, através de uma dinâmica própria e capaz de dar consistência ao processo, recebendo das escolas declaração de matrícula e frequência;
- g) assegurar às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para estágio;
- h) convocar os alunos interessados e em condições de usufruir as oportunidades de estágio conseguidas, com o conhecimento ou indicação das escolas, sendo vedada a cobrança ao aluno de taxa relativa a providências administrativas para a obtenção e realização do estágio;
- i) responsabilizar-se pela seleção dos alunos beneficiados, observando critérios equitativos;
- j) definir os horários dos estágios observando o horário de aulas do estagiário mediante declaração fornecida pela Escola Estadual, bem como a limitação de carga horária introduzida pela Lei Federal n.º 11.788/2008 e diretrizes da Resolução CNE/CEB nº 1 de 21/01/2004.
- k) fornecer aos alunos convocados todos os dados e informações que caracterizam cada oportunidade de estágio;
- l) enviar à escola, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- m) preparar toda a documentação legal referente aos estágios, efetivando, inclusive, o respectivo Seguro Contra Acidentes Pessoais, em favor dos alunos que realizarem estágios;
- n) arcar, com recursos próprios, com os custos do Seguro Contra Acidentes pessoais, obedecida a legislação vigente;

Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios  
SEE  
SCO/DGCC





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

42  
16  
mm

- o) arcar, com recursos próprios, em caso de estágio remunerado, com a bolsa auxílio, bem como vale alimentação e transporte, ou outra contraprestação que venha a ser acordada. A bolsa auxílio e o auxílio transporte serão compulsórios em caso de estágio não obrigatório (atividade opcional) acrescida à carga horária regular e obrigatória, obedecida a legislação vigente;
- p) considerar-se impedido de exigir da unidade escolar a assinatura de ajustes, acordos ou quaisquer outros documentos diversos dos que declarem a matrícula e frequência do aluno e dados de acompanhamento do estágio;
- q) garantir que as suas relações de integração com os alunos se processem com a interveniência da escola estadual participante;
- r) acompanhar o estagiário em seu local de estágio, com o objetivo de auxiliar a supervisão do Vice-Diretor da escola participante;
- s) entregar, por ocasião do desligamento do estagiário, Termo de Realização do Estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – A carga horária, duração, jornada do estágio e período de férias, a serem cumpridas pelo aluno estagiário, devem ser compatíveis com a sua jornada escolar.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – De comum acordo com a escola, o MUNICÍPIO e o aluno ou seu representante legal, será definida a carga horária, duração, jornada, as atividades do estágio e o pagamento da bolsa de estágio, se for o caso, respeitando-se o disposto nas letras “j” e “k” da Cláusula Quinta deste convênio.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A carga horária utilizada no estágio será acrescida aos mínimos exigidos para os respectivos cursos e deverá ser devidamente registrada nos históricos escolares do aluno.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os gastos do MUNICÍPIO correrão à conta de recursos próprios, contidos em seu orçamento, devidamente atualizados para os anos subseqüentes.

**CLÁUSULA OITAVA** – Deixa-se de mencionar classificações orçamentárias, por não ter o ESTADO/SECRETARIA qualquer despesa decorrente da execução deste convênio, além das despesas já previstas no orçamento do tesouro para a manutenção de unidades escolares.

*Assinatura*  
Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios  
SEE  
SCO/DGCC

CONFERE COM ORIGINAL  
001 1003613  
Assinatura e BM  
SMPL/Gerência de Administração de Contratos e Convênios



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

43  
17 2  
BMM

**DA IRRETROATIVIDADE**

**CLÁUSULA NONA** – É vedada a atribuição de vigência em ações praticadas fora do prazo estipulado neste termo, sob pena de responsabilidade dos agentes públicos e de quem tenha contribuído, por ação ou omissão, para a prática dos atos ora vedados.

**DO SETOR GERENCIADOR**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Compete à Superintendência de Desenvolvimento da Educação Profissional, Diretoria de Projetos Especiais, Superintendência Regional de Ensino da circunscrição e a Vice-Diretoria da escola estadual participante gerenciar, fiscalizar e acompanhar a execução deste convênio, bem como a prestação de informações, quando solicitadas por órgãos internos ou externos à SECRETARIA.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Este convênio vigorará por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação.

**DA RESCISÃO**

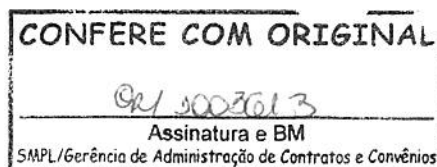
**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Este convênio poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, bem como pelo descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, desde que comunicado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, devendo ser resguardada a conclusão de ações já iniciadas, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Para eficácia deste convênio, a Secretaria de Estado de Educação providenciará a publicação do seu extrato no "Minas Gerais", de conformidade com os artigos, 37, "caput", da Constituição Federal, art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Compete ao Foro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais dirimir demandas por acaso decorrentes deste convênio.





**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

44  
18  
90/997

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Aplicam-se a este convênio toda legislação e normas vigentes sobre a matéria, podendo o mesmo ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por mútuo consentimento, durante seu período de vigência, mediante celebração de termos aditivos, desde que devidamente justificado, alterado o Plano de Trabalho e solicitado no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de sua vigência.

E, por estarem acordes, firmam os partícipes, perante 02 (duas) testemunhas, o presente convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, em Belo Horizonte, aos 30 de setembro de 2015.

**MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS**  
Secretária de Estado de Educação  
pelo Estado de Minas Gerais

**THIAGO ALEXSANDER COSTA GREGO**  
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação  
Pelo Município de Belo Horizonte

**GLEISON PEREIRA DE SOUZA**  
Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos  
Pelo Município de Belo Horizonte

Hércules Guerra - BM 35.250-4  
Procurador Geral Adjunto do  
Município de Belo Horizonte  
**RÚSEL BELTRAME ROCHA**  
Procurador Geral pelo  
Município de Belo Horizonte

**TESTEMUNHAS:**

1) Nome: Rosane Lara Neves  
CPF: 581.897.426-04  
Endereço: AV. AUGUSTO DE LIMA,  
Nº 30 - CENTRO, BH  
Rosane Lara Neves  
BM 46.651-8  
Gerente de Administração  
de Contratos e Convênios  
GEACC/SMPL

2) Nome: Rosana Moreira Miranda  
CPF:   
Endereço:   
Apoio G3 C8  
Masp 443.793-0  
CPF: 597.663.702-01

